

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 185
22 de dezembro de 2012

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Vamos continuar com o tema da lógica que esboçamos na aula passada. Os três primeiros parágrafos do texto que está *on-line* são referentes à aula anterior e têm relação com o texto que vamos usar hoje, *Lógica e Temporalidade*, de autoria do dr. Oliver Sacks (página 3). E, depois, como ilustração do que eu estou dizendo aqui, e que vou complementar com algumas observações sobre a questão do método científico, vamos aplicar na análise do texto do dr. Sacks.

Esse texto só me chamou atenção porque foi indicado no curso de um debate que está havendo na revista *Dicta* entre o Júlio Lemos, Joel Pinheiro e outras pessoas. Nesse debate, eu vi algumas afirmações muito engraçadas, entre as quais a do Joel Pinheiro. Segundo ele, “Toda e qualquer experiência humana pode ser provocada mediante estimulação de certas áreas do cérebro.” Sobre isso, eu fiz uma observação: Como é isso? Do que se trata? A resposta dele foi que “São apenas as sensações”. O que também é errado. Mas depois o Júlio Lemos indicou este texto aqui, dizendo que, em última instância, quanto a qualquer questão relativa às chamadas experiências fora do corpo, experiências de quase-morte, e as visões que as pessoas têm durante essas experiências, a última palavra será da neurociência. O que eu considero uma impossibilidade absoluta.

No curso desse debate, eles citaram o texto do Oliver Sacks, que é um exemplo particularmente ilustrativo de certas confusões muito correntes nesse tópico, então vou usar o texto aqui para ilustrar. Antes eu precisaria ler, analisar e explicar o texto *Lógica e Temporalidade*, e depois prolongar as observações que fiz aqui com relação à lógica, vendo como essas observações se aplicam ao método científico em geral. Em seguida, vamos analisar a questão da possibilidade de uma abordagem científica dessas experiências. O Oliver Sacks diz o seguinte:

Negar a possibilidade de alguma explicação natural para uma experiência de morte próxima é mais do que não-científico, é anticientífico.

Creio que ele tem razão! É perfeitamente possível uma explicação científica, porém o que ele entende por natural é um pouco deslocado do contexto, mas, veremos. Eu vou ler o trecho todo, e depois reler e comentar parte por parte:

A lógica é a ciência do discurso coerente. Não do discurso sobre isto ou sobre aquilo, não deste ou daquele discurso, mas do discurso em geral, considerado independentemente de qualquer conteúdo em particular. Qual o conteúdo de um discurso sem nenhum conteúdo em particular? São entes hipotéticos, meros esquemas de possibilidade. Do ponto de vista do seu conteúdo, portanto, a lógica é a ciência das relações possíveis entre entes hipotéticos. Dito de outro modo, é a ciência da possibilidade em geral. Seu objeto é a estrutura da possibilidade enquanto tal. Mas nenhuma possibilidade pode ser concebida sem referência a um quadro de condições reais que a possibilitam, e nenhuma condição real pode fazer parte do objeto da lógica. O estudo da possibilidade, sem referência a nenhuma condição real, só pode ser feito desde o ponto de vista das limitações intrínsecas da possibilidade em geral.

Dizer que o conteúdo de um discurso sem nenhum conteúdo em particular são entes hipotéticos significa que nenhuma afirmação lógica pode, em si, ser verdadeira ou falsa. Mas ela pode ser apenas considerada necessária ou impossível. Na verdade, a lógica só tem dois conceitos: o necessário e o impossível. O necessário é a impossibilidade do contrário. Se A é igual a A , então A não pode ser diferente de A em hipótese alguma. Portanto, essa é uma relação necessária entre entes hipotéticos. O conceito de verdadeiro e falso só pode se aplicar a entes reais. Eu já expliquei que a ideia de proposição verdadeira ou falsa é um perfeito *nonsense*, só existe o juízo verdadeiro ou falso, e o juízo pressupõe evidentemente um objeto a respeito do qual ele ajuíza alguma coisa. Se é um objeto puramente hipotético, então a veracidade dele só pode ser uma veracidade hipotética, que não é uma veracidade em sentido estrito, apenas uma coerência interna da possibilidade.

Por outro lado, dizer que a lógica é o estudo da possibilidade é, de certo modo, contraditório, porque, se nenhuma possibilidade pode ser concebida sem referência a um quadro de condições reais que a possibilitem, então a possibilidade jamais poderia ser estudada em si mesma. Só existe possibilidade disto ou possibilidade daquilo. Se pensamos em estrutura geral e abstrata da possibilidade enquanto tal, então, a rigor, ela não pode ser estudada nesses termos, e sim do ponto de vista das suas limitações internas, e não externas, porque não temos um objeto real externo com o qual compará-la e pelo qual aferi-la. Mas, se a possibilidade tiver limitações internas, ou seja, se existir algo que seja impossível, então as várias modalidades e graus de impossibilidade formam a estrutura interna da possibilidade. Portanto, se entendêssemos ao contrário, ou seja, a possibilidade como algo totalmente ilimitado, que não excluísse nem mesmo a contradição, então não seria possível nenhum estudo da possibilidade, e a lógica simplesmente jamais teria existido, de modo que, quando eu digo que a lógica é a ciência do discurso coerente, não se trata evidentemente do discurso humano, ou da fala humana, e sim do discurso no sentido mais abstrato possível: como simples encadeamento de proposições. Prosseguindo:

O estudo da possibilidade, sem referência a nenhuma condição real, só pode ser feito desde o ponto de vista das limitações intrínsecas da possibilidade em geral. Os conceitos fundamentais da lógica são, portanto, o necessário e o impossível.

Não o verdadeiro ou o falso.

O necessário e o impossível considerados em escala absoluta, incondicionada, independentemente de quaisquer variações reais que os modulem ou atenuem.

Ao estabelecer como primeiro princípio a identidade, ou seja, que A é igual a A , deve haver uma série de possibilidades de negação hipotética disso. Essas possibilidades podem se complicar enormemente conforme o número de sinais usados para montar essas proposições, de modo que você pode fazer uma sequência de proposições de dez páginas que, reduzida, diga em última análise que A é diferente de A , então você terá se chocado com uma impossibilidade. Mas essa complexificação das proposições é a própria estrutura da lógica.

Os conceitos fundamentais da lógica são, portanto, o necessário e o impossível. O necessário e o impossível considerados em escala absoluta, incondicionada, independentemente de quaisquer variações reais que os modulem ou atenuem. Trata-se, portanto, da pura forma do necessário e do impossível. Todas as escalas intermediárias entre o necessário e o impossível [o provável, o razoável, o verossímil ou o meramente possível] dependem necessariamente de condições reais que as delimitem.

Não é possível falar de uma probabilidade em si, pois toda a probabilidade é referida a um quadro de condições que acentua determinadas possibilidades, e [0:10] reprime, atenua ou diminui outras. E

por isso mesmo essas escalas intermediárias não podem por si mesmas ser objetos da lógica. Na lógica de Aristóteles, o provável ou o razoável é objeto da dialética! A dialética, até certo ponto, depende da lógica, mas tem as suas regras próprias, ao passo que o verossímil e o meramente possível são objetos da retórica e da poética. Claro que podemos dizer que tudo isso faz parte da lógica, mas é como se disséssemos que são lógicas imperfeitas, que não podem ser reduzidas inteiramente ao conceito do necessário e do impossível.

A lógica considera o necessário e o impossível independentemente não só de quaisquer condições reais, mas independentemente do conhecimento humano.

Ou seja, aquilo que seria necessário ou impossível em si mesmo, ainda que ninguém soubesse disso.

No entanto, é evidente que, se o conhecimento humano, com todas as suas limitações e possibilidades, não pode fazer parte do objeto da lógica, ele faz parte, necessariamente, das condições que permitem a existência da lógica como ciência. A lógica, portanto, ignora necessariamente a condição de possibilidade da sua própria existência enquanto ciência.

Uma coisa é conceber o esquema das possibilidades, e outra é conceber o conhecimento que o ser humano pode ter delas. Esse conhecimento não é definido apenas pela estrutura da possibilidade enquanto tal, mas pelas possibilidades de disposições do próprio ser humano. Ou seja, condições reais, e não hipotéticas, que não são condições puramente lógicas. Portanto, seria preciso ter uma ideia da estrutura do ser humano, e saber até onde ele pode ou não conhecer (o que inclui evidentemente o conhecimento da própria lógica), isso quer dizer que a possibilidade da existência da lógica como ciência não faz parte da lógica, tem de haver uma outra ciência completamente diferente.

A lógica, portanto, ignora necessariamente a condição de possibilidade da sua própria existência enquanto ciência. (Não cabe deixar-se enganar por meras palavras: a chamada “lógica material” [nome que às vezes se dá à teoria do conhecimento] não é uma lógica de maneira alguma, mas a ciência de uma realidade empírica, que é o conhecimento humano).

Ou seja, tudo aquilo que depender de uma referência empírica está totalmente fora do campo da lógica. A lógica lida somente com a possibilidade hipotética enquanto tal, sem conteúdo e sem referência a nada de real. Somente por essa observação constata-se que existe algo errado no ensino da lógica de modo geral, na medida em que se usa muito o conceito de verdadeiro e falso. É totalmente impossível elaborar uma tabela de proposições verdadeiras ou de proposições falsas, pois nenhuma dessas proposições pode ser verdadeira ou falsa, só pode ser necessária ou impossível. Ou seja, ou ela obedece ao princípio de identidade, ou tem uma contradição interna e só.

A falsidade de fato não faz parte da lógica, apenas a falsidade intrínseca, ou seja, a contradição. A contradição entre entes hipotéticos, que não precisam ser nem mesmo entes, podem ser meras palavras, meros sinais ou puros nada, e mesmo que sejam puros nada, as relações entre eles estariam balizadas pelo necessário e pelo impossível – e isso é todo o campo da lógica. De maneira que o simples fato de se usar os termos “verdadeiro” e “falso” já é uma espécie de abuso de linguagem, que leva o aluno a pensar que a lógica está falando de alguma coisa. Esse erro penetrou tão profundamente na mente humana que determinou todos os estudos de lógica durante pelo menos meio século, quando se acreditava que as regras da lógica eram as regras do pensamento humano – e foi exatamente isso o que se chamou de psicologismo. Quer dizer, a redução das leis da lógica, que são leis puramente abstratas e formais, às leis reais e naturais do pensamento humano, que são definidas pelas estruturas do cérebro, pelo tamanho do corpo, pelos cinco sentidos, etc. Ou seja, em última análise, a lógica foi reduzida a uma ciência natural. O que é tão absurdo quanto reduzir a aritmética a uma ciência natural, a uma ciência dos objetos reais. Se há uma coisa que ninguém

duvida mais é que a estrutura da lógica é a mesmíssima estrutura da aritmética elementar. E nenhuma das duas lida com nenhum objeto real, apenas com objetos hipotéticos.

Então, essa corrente, denominada psicologismo, é o objeto daquelas primeiras duzentas páginas das *Investigações Lógicas*, de Edmund Husserl. Na obra, Husserl demonstra a absoluta impossibilidade do psicologismo. Mas o psicologismo é algo verdadeiramente sorrateiro e esquivo, quase diabólico, que volta sob mil novos disfarces – exatamente o caso que veremos no artigo do Oliver Sacks –, e não passa de um psicologismo otimizado, de um *upgrade* do psicologismo, e, portanto, tem todos os defeitos congênitos do psicologismo, por mais disfarçado que esteja!

Considerada desde o ponto de vista da possibilidade da sua existência como ciência, a lógica é uma expressão, ou conseqüência, da unidade da consciência humana.

O conteúdo da lógica, que são as relações necessárias ou impossíveis entre objetos hipotéticos, não tem nada a ver com o conhecimento humano, mas a ciência da lógica é evidentemente uma parte do conhecimento humano, e depende, portanto, da estrutura do ser humano. Então, a lógica como ciência só é possível na medida em que exista um fenômeno que se chama unidade da consciência humana.

Sem esta, a estrutura da possibilidade em geral permaneceria intacta, mas o seu conhecimento seria totalmente inacessível aos seres humanos, como o é para os ursos ou as galinhas. A unidade da consciência humana verifica-se (...)

Sacks deveria ter colocado aqui “por exemplo”.

Verifica-se no tempo, na continuidade entre o que se pensa (ou se sabe) num determinado instante e o que se pensou (ou se soube) num momento anterior.

Sem isso é absolutamente impossível qualquer conhecimento da lógica. Ainda que as relações lógicas, consideradas em si mesmas, permanecessem intactas, se ninguém as conhecesse – como de fato elas já valiam, já estavam em pleno vigor antes do advento do ser humano sobre a Terra, e continuarão depois da extinção da espécie humana –, o conhecimento delas pelo ser humano seria absolutamente impossível se não fosse por um pequeno detalhe: enquanto eu estou pensando uma coisa, retenho algo do que pensei antes e sou capaz de relacionar uma coisa com a outra. Sem isso, a nossa percepção seria inteiramente atomística, ou seja, eu só perceberia as relações que estão, por assim dizer, fisicamente presentes.

Por exemplo, quando a galinha está botando um ovo, ela sabe que está botando um ovo naquele momento, e não na véspera. Tanto que ela começa a cacarejar quando o ovo sai, e não no dia seguinte. Do mesmo modo, se um cachorro está perseguindo um coelho ou um gato, este ou aquele sabe que tem de correr do cachorro naquele mesmo instante, e não na semana passada ou amanhã.

Então, quando as relações se manifestam de maneira fisicamente presente, todos os animais podem percebê-las. Mas o ser humano percebe relações entre coisas que não estão acontecendo, entre coisas que foram meramente pensadas. Então, aquilo que foi pensado ontem ou há cinco minutos continua presente.

A retenção do pensamento pensado e a sua protensão, ou projeção num pensamento seguinte, são as condições sem as quais não poderia haver pensamento lógico, muito menos uma ciência do pensamento lógico.

Haveria as relações lógicas consideradas em si mesmas, que não são pensamento lógico. Quer dizer, A continuaria a ser A, dois mais dois continuaria a ser quatro: só que ninguém saberia disso. E, portanto, ninguém pensaria nisso.

Os objetos da lógica, no entanto, por serem meramente hipotéticos, são intemporais, atemporais ou, se quiserem, supratemporais. A possibilidade de uma ciência da lógica repousa, portanto, inteiramente na possibilidade de objetos atemporais se tornarem [0:20] acessíveis a uma consciência temporal por meio da mera continuidade desta última.

Então, se os objetos não estão na temporalidade, não podem ser experimentados como fatos da temporalidade! Por exemplo: está chovendo; o gato está correndo; o gato está dormindo em cima da cama; e assim por diante: todos eles são fatos que transcorrem no tempo. Aquilo que é supratemporal não poderia ser observado no tempo. Mas existe uma possibilidade de acesso a essas realidades por meio dessa continuidade do pensamento humano. Ou seja, dessa unidade e dessa integridade da consciência humana que retém aquilo que foi pensado e antecipa aquilo que será pensado em seguida. A estrutura do mais simples dos silogismos mostra isso. No argumento: “Todo homem é mortal; Sócrates é homem; logo, Sócrates é mortal”, se nos esquecermos da primeira premissa enquanto enunciarmos a segunda, não chegaremos à conclusão alguma. E isso permanece ao longo de cadeias de demonstração extremamente complexas e bastante longas.

O que é um sistema filosófico? Por exemplo, ler as *Meditações Metafísicas* de René Descartes do começo ao fim três vezes e depois perceber aquele transcurso inteiro como se fosse uma forma estática, um conjunto de relações atemporal. Embora a nossa experiência de leitura transcorra inteiramente no tempo, somos capazes de conceber a estrutura daquelas ideias, daquele sistema de proposições como se fosse uma ordem permanente ou atemporal. Do mesmo modo, se eu percorro um edifício internamente, tenho de passar por um compartimento de cada vez, pois não posso estar em todos os quartos ao mesmo tempo, nem no banheiro e na sala ao mesmo tempo, mas, depois de ter percorrido o espaço todo um certo número de vezes, sou capaz de conceber a estrutura interna desse edifício como sendo uma ordem no espaço! Portanto, uma ordem simultânea. Embora todos os compartimentos estejam lá ao mesmo tempo, eu não posso percorrê-los ao mesmo tempo, mas posso pensá-los ao mesmo tempo graças a esse fator da continuidade do pensamento humano, continuidade da consciência humana, ou unidade da consciência humana. Certas relações simultâneas, e que estão presentes o tempo todo, só se tornam concebíveis porque temos essa continuidade no tempo. Ou seja, a continuidade no tempo é o que representa para nós a ordem simultânea. Quer dizer, não podemos perceber de uma vez todos os fatores de uma ordem simultânea, a não ser depois de a percorrermos. Temos de percorrê-la parte por parte, ou seja, no tempo.

Também é assim quando se ouve uma música. Muito tempo atrás, eu costumava sugerir a meus alunos que ouvissem a 5ª Sinfonia de Beethoven 153 vezes, ou 167 vezes, alguma coisa assim, até decorar. Mas o que significa decorar? Significa conceber uma estrutura como um todo simultâneo no tempo, ou seja, acima do tempo, como provavelmente o próprio Beethoven a concebeu! Se ele concebesse apenas trecho por trecho, a sinfonia não teria unidade nenhuma e não seria reconhecível como tal. Seria apenas uma sequência indefinida de sons no espaço. Isso quer dizer que ele teve alguma percepção da estrutura antes de compor. E é a essa percepção de estrutura que retornamos depois de ouvir a música várias vezes e guardá-la na memória!

A continuidade da memória, a unidade da consciência humana, é o equivalente humano da ordem simultânea. É graças a isso que podemos conceber o intemporal, o supratemporal, o eterno etc. Senão tudo isso seria perfeitamente inexistente para nós. Desse modo, guardem este preceito metodológico: o acesso humano à concepção de coisas supratemporais ou eternas é função da continuidade da consciência humana, ou unidade da consciência humana. Nem todas as almas, nem todas as consciências têm acesso a isso na mesma medida. O atemporal, o supratemporal, pode ser

inconcebível para certas pessoas, ainda que tenham a capacidade de pensamento lógico. Algumas pessoas podem também conceber essa noção de atemporalidade apenas de modo analógico, na hora em que captam uma relação atemporal. Por exemplo: dois mais dois são quatro, eternamente. Então, isso fica para esse indivíduo como se fosse uma imagem ou símbolo de uma atemporalidade. Mas ele não vai passar muito além disso. A possibilidade de você conceber coisas numa esfera eterna depende de algo que se chama concentração. Nem todas as pessoas têm a mesma capacidade de concentração. Concentração significa manter o mesmo objeto diante do olhar da sua atenção imutavelmente durante algum tempo. Essa capacidade definitivamente não é a mesma em todas as pessoas.

Então vamos lá:

Essa possibilidade (...)

Quer dizer, a possibilidade de os objetos atemporais tornarem-se acessíveis a uma consciência temporal por meio da continuidade desta última.

(...) só existe porque a consciência humana é capaz de transitar entre o simultâneo e o sucessivo, ou seja, de representar o tempo por meio do espaço e vice-versa.

Quando um arquiteto expõe um projeto, ele previamente elaborou o desenho, as plantas, a projeção em terceira dimensão, para então explicar a estrutura do edifício. Ele tem de explicar isso no tempo, portanto está fazendo uma representação temporal de relações espaciais que são simultâneas. Do mesmo modo que, depois de ouvir uma música no tempo, podemos concebê-la como uma estrutura permanente no espaço ou fora do espaço – uma estrutura puramente lógica ou puramente matemática, se quiser. Então, faz parte da natureza da consciência humana essa possibilidade de transformar a representação temporal na espacial e vice-versa. A ciência da lógica só é possível por isso.

Suponhamos que você acompanhou uma longa demonstração no quadro-negro. O expositor escreveu uma proposição, depois outra, depois outra e assim por diante até a conclusão. É uma série de fatos que se desenrolam no tempo. No entanto, se em seguida você não for capaz de apreender a demonstração inteira em modo simultâneo, como um conjunto de relações independentes do tempo, a validade da demonstração lhe escapará por completo.

Ou seja, quando chega à conclusão, os enlaces entre as proposições anteriores que garantem a validade da proposição já desapareceram do seu círculo de consciência, então a proposição final, a conclusão, parece-lhe uma proposição como qualquer outra, que não está garantida por nada além dela própria.

Acontece que, com o desenvolvimento da técnica lógica e a utilização dos computadores, é possível traçar cadeias lógicas tão longas que escapam a qualquer possibilidade de verificação humana: nenhum ser humano é capaz de acompanhar todos os passos da demonstração e retê-los na memória de modo a apreender, no fim, a unidade entre eles e a conclusão.

Essa possibilidade que existe atualmente nos computadores é função da possibilidade da lógica, a qual, por sua vez, é função da continuidade da consciência humana. A consciência humana possibilita a ciência da lógica, e esta, ao se aperfeiçoar, pode criar códigos binários, computadores etc., e a partir disso criar cadeias dedutivas tão imensamente longas que nenhum ser humano poderia guardá-las na memória até conseguir chegar ao fim e verificar se está certo [0:30]. Ou seja, a continuidade da consciência humana cria possibilidades técnicas que transcendem a possibilidade de verificação pela mesma consciência humana.

A unidade da consciência humana que possibilita o advento da lógica torna-se aí um mero detalhe irrelevante no curso de uma seqüência de demonstrações que prossegue imperturbavelmente sem ela, ou a despeito dela.

Eu disse no começo que as relações lógicas, consideradas em si mesmas, são puramente atemporais e, portanto, eternas, por assim dizer – eram válidas antes de existir o ser humano, antes de existir a ciência da lógica, e permanecerão válidas depois da extinção da espécie humana. Elas não dependem da consciência humana de maneira alguma, mas a possibilidade da ciência da lógica repousa na unidade da consciência humana. Então, graças a essa unidade, é possível criar uma ciência que estuda e apreende essas relações lógicas.

Com o desenvolvimento da própria ciência da lógica, sua aplicação cria uma situação na qual, de novo, as relações lógicas começam a transcender o horizonte da consciência humana, como já transcendiam antes. Isso quer dizer que você está perante este mundo de cálculos desse tipo (feitos por computador) como o primeiro homem estava diante das relações lógicas consideradas em si mesmas; relações lógicas universais. Então, essas relações lógicas universais são um fato objetivo, um fato da própria estrutura da realidade, que independe do ser humano, e depois de alguns milênios de avanço da ciência da lógica, as relações lógicas que foram captadas ou apreendidas através da consciência humana, e das máquinas que essa consciência criou, tornam-se, novamente, transcendentais à consciência humana e inabarcáveis por ela como totalidade. Ou seja, elas viraram novamente um objeto, não são mais conhecimento. Agora elas são uma coisa! Tal como as relações lógicas no início (antes do advento da ciência da lógica), não eram conhecimento humano, e sim um dado da realidade, uma coisa.

O sentimento subjetivo de certeza que acompanha as demonstrações lógicas (...)

Ele desaparece, evidentemente. Você não pode ter nenhum sentimento subjetivo de certeza se não é capaz de acompanhar a demonstração até o fim. Então, esse sentimento subjetivo de certeza:

(...) é então substituído por uma aposta na confiabilidade das máquinas que efetuam as demonstrações.

Quando se é capaz de acompanhar uma demonstração, você percebe os enlaces necessários entre as várias proposições, e entende que a última proposição, a conclusão, está exigida pela primeira e por todas as anteriores. Dessa forma, você tem o sentimento subjetivo de certeza, e diz “isso é necessário” ou “isso é verdadeiro”. Porém, aqui, isso se tornou impossível. Não há mais a experiência subjetiva da certeza. O que garante a veracidade ou a adequação das conclusões é somente a confiabilidade das máquinas que você usou. Nada mais garante. Por outro lado, essa confiabilidade depende da confiabilidade do fabricante da máquina, de quem a planejou e de quem a manipula.

Essa aposta, por sua vez, depende da confiança que se deposite numa comunidade de pessoas qualificadas que subscrevem a mesma aposta.

Então, na verdade, o sentimento subjetivo de certeza foi substituído pela fé que se tem na idoneidade da comunidade científica, dos fabricantes de computadores etc., sabendo que tudo isso está infinitamente acima de seu alcance, acima da possibilidade de qualquer verificação direta. Isso cria uma situação inédita para a humanidade.

Dito de outro modo: quanto mais se aperfeiçoam os instrumentos da lógica, mais as operações que ela realiza tendem a escapar de todo controle humano e a depender de um ato de fé na autoridade da comunidade científica.

Não só da comunidade científica, mas também na confiabilidade dos fabricantes de computadores, e assim por diante. O que você pode dizer é o seguinte: é improvável que os computadores estejam errados ou que o erro resida na comunidade científica inteira. De fato, é altamente improvável. Só que agora as noções do necessário e do impossível passaram a depender de uma probabilidade, que não é um elemento lógico de maneira alguma. Ele é um elemento que depende de condições reais da existência humana, por exemplo, a estrutura do nosso cérebro, a estrutura social, a língua que falamos etc., ou seja, depende de uma infinidade de condições empíricas, cujo conhecimento na totalidade também é inabarcável.

Com isso, escapamos da esfera de razoabilidade do diálogo humano e entramos numa outra esfera de racionalidade, que já não se baseia no discurso coerente, e sim numa rede mundial de máquinas e instituições que nenhum ser humano pode abarcar num só olhar e controlar intelectualmente.

Isso com relação à lógica. E essa é uma situação que já estamos vivendo. Não é algo hipotético, ficção científica, utopia, nem nada parecido; é a situação presente. Com relação ao método científico, podemos dizer que quase diariamente surgem novas ciências. Pegando como amostra apenas o departamento das neurociências, veremos que surgiram várias ramificações dessa ciência desde os primeiros experimentos neurofisiológicos. Hoje em dia, existe até mesmo a neuro-história da arte, cujo maior expoente é um professor chamado Baxandall, que sem dúvida fez um trabalho genial, só que podemos nos perguntar: qual a possibilidade de uma neuro-história da arte? Ela repousa na possibilidade de você examinar os cérebros dos artistas que produziram as obras, o que é impossível. Portanto, tal ciência é altamente conjectural, cuja prova final é impossível de obter. No entanto, é uma ciência. É uma ciência da possibilidade, do razoável, assim como a sociologia ou a ciência política. Dito de outro modo, a ciência que está lidando com os equipamentos mais finos e as observações mais precisas não passa, na verdade, de uma ciência humana.

Essas ciências se formam a partir da escolha de um objeto que o pesquisador julgou existir num certo momento. Porém, esse objeto é definido de tal modo que a própria ciência não pode retornar a ele e corrigir sua definição inicial. Todo estudo empírico que se faça dentro do campo dessa ciência está delimitado pela definição inicial do objeto, e não escapa dele. Portanto, esse estudo empírico em si mesmo não pode corrigir retroativamente a definição. Para corrigir a definição seria necessário compará-la com dados externos a essa ciência. Dados que vêm de outras ciências, do senso comum ou de outro lugar qualquer, mas que não são da própria ciência que elaborou a definição inicial. Essa condição é frequentemente ignorada porque a comparação entre o objeto (tal como definido no início) e a realidade externa pressupõe alguma concepção que você tenha da ontologia geral, ou seja, de quais são os vários tipos de objetos de conhecimento possíveis. E essa ontologia geral é, naturalmente, uma ciência inteiramente *a priori*, que não depende de nenhuma das ciências particulares que se desenvolveram em seguida.

Toda e qualquer delimitação de um objeto de ciência pressupõe uma ontologia geral, e geralmente permanece inconsciente; aquilo não é discutido em termos ontológicos. Então as observações e investigações dessa ciência podem prosseguir indefinidamente sem que você saiba se o objeto inicialmente definido existe, e o que significa, no caso dele, a palavra “existir”. [0:40] Por exemplo, a relação entre a estrutura de um quadro e a estrutura cerebral do pintor. Essa relação provavelmente existe, porém, imagine dois artistas pintando um elefante. Naturalmente, os quadros serão diferentes porque os pintores são pessoas diferentes. Mas isso não se dá porque eles têm cérebros diferentes. Obviamente eles têm cérebro, corpo, olhos, peso, padrões de atenção, educação diferentes etc., mas todas essas diferenças não estão registradas nos cérebros desses indivíduos. A estatura ou o peso de um sujeito não depende do cérebro dele. Tais fatores são inteiramente extracerebrais, e eles têm alguma relação na determinação da forma como os indivíduos representam o elefante. Mas existe outro fator que tem um peso decisivo em tudo isso: o próprio elefante. Se os dois pintores desenham um elefante, é porque tiveram alguma notícia de elefante. Mesmo que estejam desenhando de memória, ou de imaginação, algum elefante eles viram. E o elefante não faz parte, de maneira

alguma, da estrutura cerebral dos pintores. Eu só posso perceber as diferenças entre duas representações de um elefante porque algo eu sei do próprio elefante, portanto eu tenho o *logos* analogante, ou seja, a razão das analogias; a razão das semelhanças e diferenças. Se eu não souber nada sobre elefantes, não posso dizer que duas representações deles são diferentes. A diferença só existe em relação à unidade de um objeto. Se o objeto não tem unidade alguma, eu não poderia nem mesmo saber que são diferentes.

Isso significa que, em toda essa ordem de estudos relativos ao cérebro e à cognição humana, sempre será necessária a presença do objeto. E o objeto, em primeiro lugar, não é uma percepção humana, mas sim um objeto, do qual acontece alguma percepção humana. E em segundo lugar, ele não é um componente da fisiologia nem da anatomia cerebral, e sim algo totalmente alheio, externo ao cérebro, inclusive porque aquilo que eu chamo de cérebro é apenas uma massa que, para mim, é também um objeto. Eu não posso, ao mesmo tempo, examinar o meu cérebro como objeto e usá-lo para entender esse mesmo objeto. Não há a menor possibilidade de fazer isso. Eu terei que examinar o cérebro de um terceiro, quer o cérebro ainda esteja dentro do crânio do sujeito, quer eu o tenha retirado para fins de exame; e se eu o retirei, ele decerto não vai mais funcionar. Então, se eu fizer a pergunta: “Existe algum objeto chamado cérebro além daquele que eu posso pegar em minhas mãos?”, você poderá responder que sim, pois existe o *software* do cérebro; existem as redes neuronais internas e todas as possibilidades de suas relações. No entanto, eu não conheço essas coisas da mesma forma como conheço o cérebro. Eu precisaria saber o que é cérebro antes de ter observado todas essas redes e conexões neurais. Isso quer dizer que a simples definição inicial de cérebro já determinou toda a série subsequente das observações que eu possa fazer a respeito. E é certo que, na definição de cérebro, não está incluída a definição de nenhum objeto de conhecimento possível, sejam objetos hipotéticos (como os da lógica), sejam objetos fisicamente presentes (como os da zoologia ou biologia), sejam objetos intermediários e potenciais (como os da ciência política: Estado, leis etc.). Nada disso está incluído na definição de cérebro, portanto qualquer estudo que eu faça do cérebro, com vistas a esclarecer algo sobre o conhecimento humano, esbarra sempre no problema de saber onde está o objeto.

Com base nessas observações, vamos examinar o texto do doutor Oliver Sacks. Eu não vou ler o texto inteiro, mas vocês podem fazer isso depois, e então prosseguiremos na próxima aula com esse exame. Começa assim:

Existem muitos relatos cuidadosamente documentados na literatura médica sobre experiências religiosas intensas e capazes de alterar a vida durante ataques epiléticos. Alucinações de intensidade esmagadora, às vezes acompanhadas por um senso de bênção e um forte sentimento do numinoso, podem ocorrer especialmente com os chamados ataques extáticos, que podem ocorrer na epilepsia do lobo temporal. Embora possam ser breves, esses ataques podem levar a uma fundamental reorientação, uma metanóia, na vida de alguém. Fiodor Dostoievski era sujeito a esses ataques, e descreveu muitos deles.

Durante esses ataques, o indivíduo vê alguma coisa, mas é absolutamente impossível, mesmo mediante o exame neurofisiológico ou neuropatológico mais meticoloso possível, saber se o que o indivíduo viu existe ou não. Ou seja, estudando o cérebro, só é possível verificar aquilo que se passa dentro do cérebro. Se você disser que todos esses acontecimentos vistos durante esses ataques se passam dentro do cérebro, e somente lá, então evidentemente são alucinações. Mas como a perspectiva da neurociência se além ao estudo do cérebro, não tem como se pronunciar quanto à existência ou não dos objetos. Isso significa que a diferença entre a percepção efetiva e a ilusão alucinatória é absolutamente inatingível por esse tipo de estudo. Por exemplo, se eu digo que o gato está em cima da mesa, é porque eu vi o gato lá. Mas nenhum exame do meu cérebro pode confirmar se o gato estava lá mesmo. Para que o exame do cérebro confirmasse isso, seria necessário que o fato de o gato estar sobre a mesa se passasse dentro do meu cérebro, e somente dentro dele. Ou seja, o estudo do cérebro só permite reduzir todos os fenômenos cognitivos a alucinações, porque eles

não têm acesso a nenhum objeto. Isso quer dizer que a diferença entre o alucinatório e o não alucinatório, usada nesse tipo de raciocínio, é apenas uma diferença usual e de senso comum. Acreditamos que certas coisas que as pessoas vêem são reais e outras são alucinatórias. Mas isso evidentemente não é ciência, apenas uma crença.

A partir disso, o doutor Sacks começa a discutir se tais experiências podem revelar algo do mundo sobrenatural [0:50]. Não sabemos exatamente o que é o sobrenatural, no entanto, se não somos capazes de dizer se essas experiências nos revelam algum dado real de ordem natural, muito menos saberemos se captam algo do sobrenatural. E esse é, precisamente, o ponto que não é discutido. Na medida em que o cientista acompanha as alterações cerebrais que “produziram esses estados”, ele diz que esses estados são inteiramente explicados pelas estimulações cerebrais. Então não necessita de objeto. Mas a mesma coisa acontece na visão que eu tenho de um gato sobre a mesa. Se o cientista que está observando o meu cérebro não olhar a mesa e o gato, e examinar somente o meu cérebro, ele somente verá que houve alterações neuroelétricas durante minha percepção do gato. No entanto, essas alterações neuroelétricas – por mais meticulosamente descritas que sejam – não serão capazes de dizer se o gato estava ou não em cima da mesa porque, para isso, é necessário observar o gato.

Isso quer dizer que esse tipo de estudo entra sempre num *loop*, numa espécie de profecia auto-realizável. Por exemplo, há um momento no texto em que o doutor Sacks diz que Deus é uma entidade puramente espiritual e, portanto, não pode ser objeto de percepção sensível, e que, no entanto, as pessoas que tiveram essas experiências dizem ter visto, de algum modo, Deus, anjos etc. Só que há uma diferença entre dizer que não se pode ver Deus pelo fato de Ele ser uma entidade puramente espiritual e dizer que não se pode ver Deus porque Ele não existe, pois, se Deus existe, eu, por definição, não posso vê-Lo, mas se Ele é o criador do mundo visível, então tem a capacidade de se mostrar. Porque, se Deus não tivesse nem mesmo a capacidade de ter uma manifestação física reconhecível, muito menos poderia ter criado o mundo. Temos aí uma espécie de *loop* lógico na definição do que é Deus. Ou seja, no momento em que se define Deus como puramente espiritual e inacessível ao conhecimento humano, subentende-se que uma entidade assim não existe. Mas se você já definiu que ela não existe, para que estudar se os indivíduos O viram ou não? Isso absolutamente não faz sentido.

E, por fim, o doutor Sacks dirá:

As alucinações, sejam revelatórias ou banais, não são de origem sobrenatural.

Segundo ele, acontecem no cérebro. Mas o problema não é a origem, e sim o objeto delas. Vamos admitir que tudo o que eu conheço é através do meu cérebro; então tudo está no meu cérebro e é criado por ele? A origem da experiência é uma coisa, e o seu objeto é outra completamente diferente. E por mais que eu estude a origem, o seu conhecimento total não dirá se o objeto existe ou não. Qualquer percepção sensível “se produz” no cérebro, ou seja, você pode acompanhar toda a produção dela no cérebro, mas não é possível dizer se fora do olho existia ou não aquele objeto. Pois o objeto imaginado, visto, por assim dizer, com os olhos da psique, provocará exatamente a mesma seqüência de reações.

É curioso como não apenas esse autor como muito outros ignoram essa simples questão da existência do objeto. Também não é preciso dizer que o material que esses autores escolhem para estudar o assunto já traz, de certo modo, a solução do problema, porque eles pegam experiências vulgares, acontecidas com pessoas comuns, geralmente evangélicos de uma igreja de fundo de quintal, que estiveram internados e acreditam ter visto isso ou aquilo. Tais autores nunca vão pegar como objeto de estudo as visões dos santos da Igreja, porque nesses casos não se trata de um sujeito que viu Deus durante um momento, muito menos de uma pessoa que se sentiu transformada por

aquela visão, mas de alguém que foi realmente transformado, e passou por uma transformação fisicamente observável. Por exemplo, o Padre Pio de Pietrelcina, depois de algumas visões de Cristo, apareceu com os estigmas de Cristo. Poderiam dizer que isso foi uma reação histórica. Sim, sem dúvida, mas e se essa reação histórica é acompanhada, em seguida, por carismas e dons que são manifestos e comprováveis? E se o sujeito começa a operar curas miraculosas a partir daquela visão? Evidentemente, isso não pode ser estudado pelos mesmos meios que o doutor Sacks está dizendo em seu texto. É por isso mesmo que esses estudiosos evitam esse tipo de exemplo como o diabo foge da cruz. Ou seja, eles só pegam casos em que a transformação foi puramente subjetiva, de modo que a totalidade do acontecimento possa ser explicada internamente como um fenômeno imanente ao cérebro. Mas, se é imanente ao cérebro, então a própria distinção entre uma alucinação e uma percepção real se tornou irrelevante.

Como é possível o sujeito estudar tanto, e depois cometer erros absolutamente elementares, erros de método científico? Respondendo à pergunta de Sacks, sobre se o estudo científico dessas coisas é possível, eu diria que é possível, claro, mas não por pessoas com o nível de conhecimento dele. Precisa saber algo a mais, que ele não sabe. Por exemplo, ele precisaria saber que nem toda a amostragem vale a mesma coisa. E que, se você quer saber se essas visões e alucinações têm algum poder de apreensão sobre a realidade, é preciso ter um meio de acesso à realidade (que aí foi apreendida), meio de acesso esse que não pode ser o exame do próprio cérebro, mas sim o exame da realidade apreendida.

Vimos na aula passada como um dos grandes lógicos do século XX, Bertrand Russell, ao pegar uma questão substantiva da realidade para analisar, comete erros pueris. E aqui é possível ver a mesmíssima coisa no doutor Sacks. No entanto, quando esse sujeito fala algo para pessoas como o Sr. Julio Lemos e Joel Pinheiro, tem uma autoridade definitiva. Que autoridade tem um estudioso do cérebro sobre algo que se passa fora do cérebro? Nenhuma. Isso nos remete ao famoso caso do antropólogo antropófago: primeiro você delimita o objeto da sua ciência, excluindo dele uma série de fatos, e depois de estudar o seu objeto, você diz que aqueles fatos não existem, porque eles não foram observados dentro do objeto que você definiu, mediante exclusão desses fatos. Isso é um erro estrutural que se costumava observar nas ciências humanas, só que agora está aparecendo também na biologia. Claro que sempre existiu esse tipo de coisa em ciências naturais, só que ainda não havia chamado a minha atenção até agora.

Mas qual é o fator que produz nessas pessoas esse tipo de distorção? [1:00] Eu disse que a lógica é uma expressão da unidade da consciência humana (a ciência da lógica, e não as relações lógicas em si). A possibilidade da ciência da lógica deriva da unidade da consciência humana. O método científico é uma aplicação da lógica, um desenvolvimento da lógica, então também depende da unidade da consciência humana, mas acontece que, tal como o funcionamento da lógica, uma vez que essa ciência esteja criada, seu funcionamento se torna independente da mente humana, porque você pode operar por computadores etc., e do mesmo modo o método científico também se torna independente da unidade da consciência humana. Quando isso acontece, a consequência é que a simples distinção entre objetos se torna completamente nebulosa, e a distinção entre sujeito e objeto se torna mais ainda. Isso acontece, por exemplo, a partir da obra de Kant, quando ele diz que tudo o que percebemos do mundo exterior são estímulos caóticos, e que a nossa mente, ou, dito de outro modo, o nosso cérebro, é que coloca tudo em ordem, ou seja, a unidade do mundo é função do conhecimento humano, o que é uma coisa absolutamente impossível. Eu já dei outras aulas sobre isso, não vou voltar ao assunto, isto não é apenas errado, é impossível.

Por influência de Kant, filósofos e cientistas começaram a examinar todos os fatos e objetos como se fossem apenas percepções, mas em seguida não se contentaram com isso, reduziram as percepções a estímulos cerebrais, e quanto mais eles se aprofundam nisso, mais o objeto do conhecimento desaparece, porque não está definido dentro dos objetos que essa ciência vai estudar,

então, se a neurofisiologia não pode dizer se o gato estava ou não em cima da mesa, muito menos pode dizer se idéias mais complexas são verdadeiras ou falsas.

A própria noção do verdadeiro e do falso acaba desaparecendo, o que torna todo estudo científico absolutamente inviável. E acontece que o argumento de autoridade começa a prevalecer, porque é o único que sobrou; se a maior parte dos cientistas pensa assim, então deve ser verdadeiro. Isso quer dizer que, no desenvolvimento máximo do pensamento científico, a racionalidade foi abolida e o que agora está em vigor é uma corporação de doutrinários cuja palavra tem valor de dogma. E é esta a situação a que chegamos porque, no curso da educação dessas pessoas, caprichou-se muito no conhecimento da lógica, no conhecimento das aplicações e funcionamento do método científico e no conhecimento daquelas ciências que estávamos estudando, e se descuidou completamente do fator unidade da consciência humana. Isso não se estuda nem se pratica em parte alguma. O resultado são mentes altamente sofisticadas, porém fragmentárias; e mentes fragmentárias evidentemente não têm continuidade suficiente para relacionar uma coisa em que está pensando agora com outra que pensou há cinco minutos.

Por exemplo, o doutor Sacks não tem continuidade suficiente para perceber que, se ele está falando de uma percepção, a veracidade ou falsidade dessa percepção não é determinada pelo seu modo de produção cerebral, mas pela presença ou ausência real do seu objeto, isso não tem nada a ver com cérebro; o gato estar ou não em cima da mesa não é um fenômeno cerebral meu, ou seja, toda a consideração de veracidade, e, portanto, a distinção entre percepção e alucinação, não é acessível a esse estudo, pois depende de outro fato, de outra ordem de fatores que esse estudo só pode reconhecer como um dado externo, um dado que ela recebe de outras ciências, da filosofia ou do senso comum, mas sobre o qual não pode se pronunciar jamais. O fato de uma experiência ser vivida em estado alucinatório, tipo ataque epilético, não indica se o objeto dela é verdadeiro ou falso porque a realidade do objeto não depende do estado psíquico em que está o sujeito no instante em que o percebe, é um fator totalmente externo, então, mesmo que o sujeito esteja completamente doido na hora em que percebeu aquilo, toda loucura dele não prova que o objeto não existe.

Então, isso deveria ser estudado de uma outra maneira, em que houvesse alguma possibilidade de acesso à realidade do objeto, à sua presença e assim por diante, porém, as pessoas só se lembrariam de fazer isso se, durante a sua educação, além de aprender técnicas lógicas, métodos científicos, neurofisiologia etc., elas tivessem entendido a absoluta necessidade de conservar a unidade da consciência humana em confronto com a unidade do conhecimento. Isso significa que o seu conhecimento pode não ser tão perfeito assim, mas você conserva o senso da integridade e, portanto, sabe onde colocar esses conhecimentos dentro da experiência geral do ser, que é a experiência fundamental, ou aquilo que Louis Lavelle chamava “a presença total” ou “a primeira experiência”, que é a experiência de estar diante do Ser e no Ser ao mesmo tempo, e de eu estar me fazendo à mesma medida em que me percebo dentro do Ser.

Se você perdeu a unidade dessa experiência, então toda a sua representação do mundo é constituída de fragmentos absolutamente inconexos, sem razão nenhuma, por mais exatamente delimitados que estejam, eles não fazem sentido.

Eu queria lembrar o seguinte: praticamente todo sistema educacional do mundo é baseado na idéia de que a absorção de conhecimento, de doses cada vez maiores de conhecimento, de conhecimentos mais complexos, é um simples processo natural e puramente quantitativo, procede apenas por aumento, e acredita-se que qualquer ser humano pode absorver qualquer quantidade de conhecimento de qualquer natureza sem ser alterado por dentro e sem precisar se reestruturar para poder absorver esses conhecimentos de modo a não perder a unidade da consciência.

Essa premissa é 100% errada, qualquer conhecimento novo tem uma função desaculturante e desestruturante sobre a pessoa, e o processo de aprendizado é uma sucessão de readaptações e de reestruturações da personalidade inteira, só que, como isso não faz parte do ensino, essas reestruturações são deixadas por conta do acaso e evidentemente falham na maior parte dos casos. Se o sujeito se desestrutura, é enviado a um psiquiatra, um psicanalista, que vai tratar dele fazendo abstração justamente do aspecto cognitivo.

O número de neuroses e desequilíbrios causados por absorção de conhecimento é monstruoso. Um sujeito que sai de um bairro pobre, de uma família inculta etc., e de repente é jogado dentro de uma universidade e absorve toda aquela massa de conhecimento, no mínimo vai pegar uma sintomatologia histérica, e passar a acreditar não naquilo que vê ou sabe, mas no que a comunidade diz [1:10], porque, como ele se sente isolado e solitário e quer ser integrado à comunidade, se sentir aceito, precisa aceitar o que a comunidade diz para ser aceito, então nesta medida começa a mentira interior, que vai resultar num quadro histérico. É por isso que a histeria é o quadro característico de toda essa militância, que é formada justamente na base da chantagem emocional da comunidade sobre o indivíduo, quer dizer, para ser aceito, para que gostem dele, o sujeito precisa ser assim ou assado, então a pessoa faz um esforço descomunal para se tornar igual aos seus pares, o que significa que vai ter que dizer coisas que não sente, mas que são comuns a todo o grupo, e aí já está criada a sintomatologia histérica, mais ainda, quando você entra em dados, em informações de tipo científico, cujo fundamento último você não tem a menor capacidade de averiguar, mas vai aceitando aquilo não pela racionalidade, pois não tem racionalidade alguma, você não sabe a prova de nada, mas aceita pela autoridade da ciência.

O número de conhecimentos científicos que o indivíduo pode verificar por si mesmo é bastante limitado, o resto ele aceita por uma fé na autoridade da comunidade, mas isso quer dizer ao mesmo tempo que o prestígio de científico que tem um conhecimento é de certo modo inversamente proporcional à racionalidade da sua confirmação possível. Isso é claramente uma situação neurotizante.

Eu criei este curso por causa disso, com base na minha definição da filosofia como unidade do conhecimento na unidade da consciência e vice-versa. Não se trata de transmitir este ou aquele conhecimento em particular, não se trata de provar esta ou aquela tese científica, e sim de possibilitar que a aquisição de conhecimento se integre à personalidade sem desestruturá-la, ao contrário, fazendo a personalidade crescer, ou seja, a consciência vai crescendo junto com o conhecimento. O que se vê por aí é um monte de conhecimento com a consciência atrofiada, consciência pueril. Se você estudar, por exemplo, a vida de um Bertrand Russell, vai ver que esse sujeito jamais chegou à maturidade, nunca, ele continuou sendo um adolescente, uma criança, o Wittgenstein e Nietzsche então nem se fala.

Aluno: Eu preciso de uma bibliografia sobre a Revolução Francesa, o que o senhor poderia indicar?

O melhor livro sobre a Revolução Francesa, jamais superado, é o de Hippolyte Taine, *Origens da França Contemporânea*. Acho que havia uma tradução brasileira muito antigamente, eu não sei, mas existe uma edição nesta coleção Bouquins da Fayard, *Les origines de la France contemporaine*. Este livro é maravilhoso. Depois eu posso indicar outros.

Aluno me comunica que, com base na mensagem de Natal que eu publiquei em 2009, ele fez um curta-metragem de animação que ganhou alguns prêmios, o de melhor curta de animação, no 45º Festival de Cinema de Brasília.

Você deu essa informação no Facebook, eu assisti ao seu curta, e de fato está muito bom. Quando eu vi os personagens representados como aqueles esqueletos metálicos, eu achei que ia dar errado, mas no fim deu muito certo, saiu muito bom.

Aluno: Durante a leitura de seu texto “Crença e Sistema”, encontrei alguns pontos que gostaria de esclarecer, não necessariamente sobre o texto em si, mas sobretudo as implicações dele. Eu curso filosofia numa universidade pública brasileira, onde sujeitos como Marx e Nietzsche são adorados como bezerras de ouro. Nos textos de Marx, e sobretudo nos de Nietzsche, não há distorções acerca de crenças, autoridade, linguagem e lógica? (...)

Olavo: Perfeitamente, Nietzsche ainda tem a desculpa de jamais ter tentado elaborar uma filosofia. Isso é importante, Nietzsche era sífilítico, ele tinha aquelas dores de cabeça do sífilítico e poucos minutos de lucidez por dia. Nesses minutos, ele anotava rapidamente os pensamentos que lhe ocorriam, sem nunca ter tido a preocupação de deixá-los coerentes, de fazer uma ordem. São simplesmente intuições soltas, algumas brilhantes, outras absolutamente loucas. Todas são muito interessantes de algum modo, apenas isso. Se você esperar algo a mais de Nietzsche, está inventando. Por exemplo, Heidegger escreveu dois volumes enormes sobre Nietzsche tentando expor o que seria a metafísica de Nietzsche, mas é apenas a metafísica de Heidegger projetada sobre Nietzsche, é um livro muito interessante, mas, pensando bem, não tem nada a ver com Nietzsche.

Aluno: Nietzsche renega toda moral, mas sem se dar conta de que ele estabelece ipso facto uma moral da imoralidade (...)

Olavo: Sem sombra de dúvida, esse sujeito está se arrogando autoridade do super-homem, então você tem imediatamente uma nova hierarquia e um novo sistema moral implantado, e assim por diante.

Aluno: Enfim, além desses descompassos hercúleos, ainda são levados a sério na academia brasileira, tal fato pode ser considerado uma patologia intelectual?

Sim, eu já escrevi bastante sobre isso. Às vezes, é mais do que patologia intelectual, é patologia no sentido estrito mesmo, eu não tenho a menor dúvida de que Marx era um psicopata no sentido estrito e técnico da coisa. Se você ler o livro *Political Ponerology*, do Andrzej M. Lobaczewski, vai ver que hoje em dia há instrumentos muito exatos para diagnosticar uma psicopatia, de maneira que, quando dizemos que Marx era um psicopata, não estamos usando figuras de linguagem nem xingando, apenas usando um instrumento descritivo.

Uma aluna me envia um texto do Fernando de Azevedo, do livro *A Cultura Brasileira*, escrito em 1964, e me pede várias explicações sobre o texto. Olha, é bem interessante, mas muito longo. Ele diz:

As transformações econômicas e sociais têm-se operado sem o sacrifício dos valores universais, se não especificamente cristãos, ao menos totalmente humanos, cuja persistência autoriza a crença, a que se refere Gilberto Freyre “na renovação da cultura sobre base ao mesmo tempo personalista e socialista, universalista e regionalista”. Certamente toda estrutura econômica, política e social nacional, nessa fase nova da humanidade, se vem transformando também entre nós, mas por uma revolução incruenta; e a mudança a que assistimos no país de um sistema social estratificado para outro com um grau mais elevado de mobilidade se realiza sem o menor sintoma de degenerescência dos instintos sociais superiores.

Visto sob a perspectiva de hoje, esse texto é absolutamente falso. A mudança social brasileira se deu com total sacrifício dos instintos sociais superiores, com a perda de todos os valores morais e com uma degenerescência extrema. Agora, em 1964, ele ainda podia ser otimista nesse sentido, mas

ainda assim esse texto não vale nada, por acreditar que estamos indo de uma sociedade mais estratificada e hierárquica para outra em que há mais mobilidade, ou seja, em que as pessoas podem subir mais facilmente.

Estude por cinco minutos o grupo Bilderberg e veja se há possibilidade de subir para chegar lá, a estratificação social, a diferenciação entre quem tem e quem não tem poder hoje é a mais extrema de toda a história humana. Todos os tiranos da antiguidade tinham um poder ínfimo comparado ao que os governantes, ou simplesmente grupos bilionários, têm hoje. Eles são absolutamente inacessíveis, como deuses do Olimpo. Essa impressão de que a sociedade está se democratizando, de que existe mais mobilidade, de que qualquer um pode subir na vida é errada. É possível até ganhar um dinheiro, mas chegar à elite, não, apenas se obedecer às regras e se integrar lá de acordo com o que lhe está sendo imposto. Nunca a aristocracia ou oligarquia que se tem hoje foi tão poderosa, é absolutamente inacessível e inatingível, não há nada que se possa fazer contra nenhum deles, estão afastados do cidadão comum como se fossem realmente deuses do Olimpo. Tudo isso aqui é bobagem sociológica dos anos 60, vamos esquecer isso aí, pessoal.

[1:20]

Aluno: Parece que o Robert Musil já estava consciente da impossibilidade de a linguagem matemática expressar corretamente a realidade; embora também de formação matemática, como Broch, ele dá vários indícios de que percebeu o problema bem melhor do que a dicotomia bachelardiana do Broch. Na novela O Jovem Törless, o protagonista está em busca de poder expressar seus sentimentos da realidade em que vive, e depois de um primeiro encanto com a matemática, o jovem passa por uma desilusão e fica perplexo com uma contradição numa aula de números imaginários, então ele se questiona como é possível que possa existir raiz quadrada de número negativo, já que nenhum número multiplicado por si mesmo pode dar como resultado um número negativo, inclusive parece ser irônico sobre a possibilidade de a linguagem matemática descrever a realidade e mostra que, a partir de um número impossível, podemos, no entanto, fazer cálculos úteis para fins práticos. Na hora eu lembrei que o senhor disse numa aula que a ciência não procura compreender a natureza, mas operá-la tecnicamente.

Olavo: Sim, você pode partir das teorias mais estapafúrdias e das hipóteses mais impossíveis e ainda assim chegar a conclusões tecnicamente aplicáveis à realidade, aliás, normalmente se faz isso. Como é que se começa a tratar a física de Galileu? Inventando um plano inclinado sem atrito. Um plano inclinado sem atrito não pode existir em universo nenhum, é uma hipótese absurda, mas que serve para ele de unidade de medida para medir depois os fenômenos que se passam na realidade efetiva. Aqui neste caso acontece exatamente o mesmo que eu estava expondo na aula, um instrumento que nasce na unidade da consciência humana, em seguida inverte sua função e se torna de certo modo explosivo, quebrando essa unidade da consciência na medida em que o desenvolvimento da sua linguagem acaba transcendendo a possibilidade da própria compreensão humana, isso de fato acontece.

Aluno: Em que medida os estudos como o da conscienciologia, proposta pelo professor Waldo Vieira, conseguem superar essa tara pelo conhecimento logicamente organizado?

Eu não sei. Eu tinha, inclusive, o livro do Waldo Vieira, *Tratado de Conscienciologia*, mas não cheguei a ler. Quando me mudei para os Estados Unidos, o perdi. Não estou informado a respeito.

Transcrição: Kênio Barros de Ávila Nascimento, Paulo Uzai Junior, André Fernando Matos Marques

Revisão: Elisabete Franczak Branco